

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Gabinete da Presidência Gabinete da Vice-Corregedoria

RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CR N. 100, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Cria a Comissão de Credenciamento de Leiloeiros no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

O PRESIDENTE E O CORREGEDOR EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar o procedimento de credenciamento e descredenciamento de leiloeiros;

CONSIDERANDO que os tribunais poderão editar disposições complementares sobre o procedimento de alienação e dispor sobre o credenciamento dos leiloeiros públicos (art. 880, § 3º, do Código de Processo Civil);

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 2º da Resolução n. 236, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, permite que os tribunais criem Comissões de Credenciamento de Leiloeiros para definição e análise do cumprimento das disposições editalícias e normativas, em especial dos requisitos tecnológicos,

RESOLVEM:

Art. 1º Esta Resolução Conjunta institui a Comissão de Credenciamento de Leiloeiros no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Resolução Conjunta n. 100, de 23 de outubro de 2018. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2592, 30 out. 2018. Caderno Administrativo, p. 4-5. Caderno Judiciário, p. 1-2.

composição:	Art. 2º A Comissão de Credenciamento de Leiloeiros terá a seguinte
	I - Juiz Diretor do Foro de Belo Horizonte;
	II - Chefe da Seção de Hasta Pública;
	III - Secretário de Sistemas;
	IV - Secretário da Corregedoria;
	V - Chefe da Seção de Segurança da Informação e Comunicação.
	Parágrafo único. Incumbe ao Magistrado indicado coordenar a Comissão.
	Art. 3° Compete à Comissão:
leiloeiro oficia	I - analisar a documentação apresentada pelo requerente, zelando pela itação dos procedimentos de credenciamento e descredenciamento de al, observadas as disposições editalícias e normativas, em especial quanto es tecnológicos mencionados no art. 242 do Provimento Geral Consolidado Região;
	II - realizar vistoria para verificação da infraestrutura, quando necessário.
	Art. 4º O pedido de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão de ento de Leiloeiros do TRT da 3ª Região e instruído com a documentação dital, que será enviada à Seção de Hasta Pública para análise.
(dez) dias, s	Art. 5º Em caso de apresentação incompleta de documentos, a Seção de ca notificará o leiloeiro para regularização, no prazo improrrogável de 10 ob pena de rejeição do pedido de credenciamento, mediante decisão do Coordenador da Comissão.

Art. 6º Estando a documentação em conformidade com o estabelecido no Edital, o expediente deverá ser submetido à Seção de Segurança da Informação e Comunicação e à Secretaria de Sistemas, para verificação dos requisitos tecnológicos previstos no art. 242 do <u>Provimento Geral Consolidado</u> do TRT da 3ª Região e homologação da declaração de infraestrutura apresentada pelo leiloeiro.

Art. 7º Devidamente instruído, o requerimento de credenciamento será submetido à apreciação do Magistrado Coordenador da Comissão, para emissão de parecer conclusivo, a ser encaminhado ao Desembargador Corregedor, que proferirá decisão.

Art. 8º O descredenciamento de leiloeiro oficial ocorrerá a qualquer tempo, a pedido do credenciado ou à vista do descumprimento de disposições normativas e editalícias, mediante ampla defesa e contraditório.

Parágrafo único. O procedimento será submetido à apreciação da Corregedoria, mediante prévio parecer do Magistrado Coordenador da Comissão.

Art. 9º Publicada a decisão do Desembargador Corregedor, competirá à Seção de Hasta Pública proceder à inclusão ou à exclusão do nome do leiloeiro no rol constante da página do Tribunal na **Internet**, dando ciência ao interessado.

Art. 10. Fica revogado o <u>Ato Regulamentar GP/DJ n. 1, de 16 de abril de</u> 2008.

Art. 11. Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO FLÁVIO SALEM VIDIGAL

Desembargador 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

FERNANDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO

Desembargador Vice-Corregedor

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Resolução Conjunta n. 100, de 23 de outubro de 2018. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2592, 30 out. 2018. Caderno Administrativo, p. 4-5. Caderno Judiciário, p. 1-2.